LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2011.

Institui o novo Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Magistério do Município de Araporã – MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Araporã, Estado de Minas Gerais, por meio dos representantes legais do povo aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das Disposições Iniciais

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal do Município de Araporã, Estado de Minas Gerais, em consonância com os princípios básicos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e demais legislações correlatas.

Art. 2º O regime jurídico dos Profissionais do Magistério Público Municipal é o estatutário, nos termos da Lei Complementar Municipal n. 11, de 11 de julho de 1997 e suas posteriores alterações.

Art. 3º Serão contemplados pela presente Lei com benefícios, vantagens e demais acréscimos, os profissionais do Magistério.

Parágrafo único. Atribuir-se-á direitos e deveres, quando couber, conforme o disposto nesta Lei, aos detentores de cargo de provimento em comissão, função gratificada e contratados por tempo determinado e de excepcional interesse público.

CAPÍTULO II

Dos Princípios

Art. 4º Esta Lei será regida pelos seguintes princípios e valores:

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

I - a valorização do servidor da Educação como condição essencial para o sucesso de uma política educacional voltada para a qualidade;

II - a promoção funcional na carreira, de acordo com a formação e qualificação profissional do servidor e a avaliação do seu desempenho;

III - a participação do servidor na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola;

IV - a socialização do conhecimento como condição de implantação e alicerce da horizontalidade nas relações internas e externas da escola;

V - o compromisso com uma escola verdadeiramente cidadã, ou seja, estatal, quanto ao financiamento, pública, quanto à destinação, e autônoma, quanto à gestão;

VI – a adoção do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

CAPÍTULO III

Das Definições

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I – **rede municipal de ensino:** o conjunto de instituições, unidades de serviço e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;

II – **cargo público:** conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades, conferidas ao servidor público, criadas por lei, com denominação própria, número certo e vencimento específico;

III – **cargo de provimento efetivo:** aquele constante do quadro permanente, a ser preenchido mediante a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos;

IV – **cargo de provimento em comissão:** aquele de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, instituído para provimento de funções de direção, chefia e assessoramento;

V – **função gratificada**: aquela função de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, a ser exercida por servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo, instituída para provimento de funções de direção, chefia e assessoramento;

VI – **classe de cargos:** agrupamento de cargos da mesma natureza funcional, mesma referência de vencimento, mesma denominação e substancialmente idêntico quanto ao nível de formação, grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

VII – **profissional de apoio a educação:** toda pessoa física legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

VIII – **profissionais do magistério público da educação básica:** profissionais que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional;

IX – **docentes:** servidores encarregados de ministrar o ensino e a educação do aluno em quaisquer atividades, áreas de estudo e disciplinas constantes do currículo escolar;

X – **especialistas:** servidores que executam tarefas na área pedagógica de: assessoramento, planejamento, programação, supervisão/coordenação, acompanhamento, controle, avaliação, orientação e outras similares;

XI – **grupo ocupacional:** o conjunto de carreiras com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho e ao grau de conhecimento exigido para seu desempenho;

XII – **carreira:** série de classes do mesmo grupo ocupacional, semelhantes quanto à natureza do trabalho e organizadas segundo o grau de complexidade, qualificação, formação e responsabilidade no seu desempenho;

XIII – **órgão:** conjunto de atividades considerado como unidade da estrutura orgânica do Poder Executivo;

XIV – **lotação:** a unidade onde o servidor é designado para desempenhar as suas atribuições;

XV – **nível:** classificação remunerada na forma de promoção, segundo o grau de titulação mínimo exigido para cada cargo ou função pública, o qual deverá seguir um crescimento gradativo correspondendo a cada fator de promoção disposto em conformidade com os Anexo I a esta Lei;

XVI – **símbolo**: posição dos cargos públicos e funções públicas na tabela de vencimentos;

XVII – **tabela de vencimentos:** conjunto organizado em símbolos das retribuições pecuniárias adotadas pelo Poder Público;

XVIII – **progressão horizontal:** posicionamento do servidor a um grau remuneratório superior àquele em que se encontra atualmente, pela classificação na promoção referente à mudança de classe, decorrente da avaliação do seu desempenho e logo após cumprimento do interstício necessário para cada classe;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

XIX – **progressão vertical:** inclusão do servidor em determinado nível devido a sua qualificação e formação profissional no exercício do cargo, comprovado pela sua formação escolar ou qualificação profissional, ou ainda por curso extracurricular, observada a progressão horizontal com a permanência na classe em que estiver ocupando;

XX – **interstício:** lapso e tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão;

XXI – **vencimento-base:** valor inicial para o cargo;

XXII – **pessoas com deficiência** – pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Termo determinado no artigo primeiro da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada e assinada na Organização das Nações Unidas – ONU.

TÍTULO II

Do Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério

CAPÍTULO I

Da Composição

Art. 6º O Plano de cargos e carreira dos servidores considerados profissionais do magistério compõe-se dos seguintes cargos de provimento efetivo:

I – Professor da Educação Básica com habilitação em magistério ou normal, nível de ensino médio – PEB I;

II – Professor da Educação Básica com habilitação em nível superior – licenciatura plena em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Educação Superior – PEB II;

III – Especialistas da área pedagógica: orientador educacional, psicopedagogo e supervisor escolar.

§ 1.º Consideram-se também profissionais do magistério, além dos cargos listados neste artigo, demais servidores que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção escolar.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 2.º O professor PEB II terá mencionado em sua lotação e documentação a disciplina curricular para o cargo o qual foi concursado, respeitada a habilitação específica.

CAPITULO II

Das Carreiras

Seção I

Dos princípios básicos

Art. 7º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I – habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do Magistério através da comprovação de titulação específica;

II – profissionalização: que pressupõe vocação e dedicação ao magistério, qualificação profissional, aperfeiçoamento continuado e condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão;

III - equanimidade no exercício dos direitos, vantagens e deveres profissionais do magistério e na oferta das condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho educativo;

IV – promoção funcional na carreira mediante tempo de serviço e merecimento (qualificação e avaliação de desempenho);

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;

VI - piso salarial profissional;

VII – ingresso mediante concurso público de provas e títulos, sempre no estágio inicial do nível correspondente à classe de habilitação do candidato aprovado;

VIII - participação dos profissionais do Magistério na elaboração e execução da proposta político-pedagógica da Escola.

Art. 8º A carreira do Magistério caracteriza-se pelo exercício de atividades permanentes, voltada especialmente para:

I – o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania;

II – a gestão democrática da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

III – a garantia de padrão de qualidade.

Seção II

Da estrutura da carreira

Art. 9º Os cargos dos profissionais do magistério Municipal dispostos no artigo 6º (sexto) desta Lei congregam-se nas seguintes carreiras:

I - professor, constituída dos profissionais que exercem atividades de docência;

II - especialista de Educação, constituída dos profissionais que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de docência, incluídas as de direção escolar, psicopedagogia, supervisão escolar e orientação educacional.

Art. 10. As Tabelas de Vencimentos dos cargos nas respectivas carreiras, classes e níveis, relacionando cada um deles ao valor do vencimento inicial em cada carreira, são resultantes de uma matriz, cujo eixo vertical reflete os níveis da progressão vertical do servidor, e o eixo horizontal se refere às classes da progressão horizontal, que constam do Anexo I desta Lei.

Art. 11. A revisão do vencimento inicial dos cargos de cada Carreira dos profissionais do magistério da Educação fica condicionada à capacidade financeira do Município, inclusive diante do aumento progressivo decorrente de despesas devido à implementação deste Plano.

CAPÍTULO III

Das Classes e dos Níveis

Art. 12. Integram o plano de cargo, carreira e remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Araporã os cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo I organizados em níveis e classes.

§ 1.º As classes constituem as linhas de progressão horizontal, sendo designadas pelas letras:

a) A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K se detentor de cargo de provimento efetivo de professor;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

b) A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K se detentor de cargo de provimento efetivo na carreira de especialista da área pedagógica, abrangido nesta Lei;

§ 2.º Os níveis constituem as linhas de promoção na progressão vertical que são estruturados de acordo com o grau de escolaridade mínima exigida, resguardados os requisitos mínimos de escolaridade para provimento no cargo efetivo por meio de concurso, segundo as seguintes definições:

I - docentes:

a) Nível I - Professor com formação mínima a obtida em nível de ensino médio, na modalidade normal ou magistério, para o cargo de Professor da Educação Básica - PEB I;

b) Nível II – Professor da Educação Básica - PEB II - com formação em: curso de licenciatura plena em pedagogia conforme as normas do Conselho Nacional de Educação Superior; curso de licenciatura plena de normal superior conforme as normas do Conselho Nacional de Educação Superior; curso em nível de ensino superior de licenciatura plena ou outra graduação em nível superior correspondente a áreas do conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

c) Nível III - Professores com habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena e curso de pós-graduação com carga horária de 360 horas (*Lato Senso*) referente à área do cargo concursado ou na área pedagógica;

d) Nível IV - professores com habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena para o cargo concursado, com título de mestre resultante de tese defendida no campo da educação, preferencialmente na área do cargo concursado;

e) Nível V - professores com habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena para o cargo concursado, com título de doutor resultante de tese defendida no campo da educação, preferencialmente na área do cargo concursado;

II - especialistas de educação:

a) Nível I - licenciatura em pedagogia ou normal superior que atenda as normas do Conselho Nacional de Educação Superior, cuja certificação habilite o profissional para exercer quaisquer das seguintes funções e/ou cargos: orientador educacional, psicopedagogo, administrador escolar e supervisor escolar;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

b) Nível II - licenciatura plena que atenda as normas do Conselho Nacional de Educação Superior e curso de especialização/ pós-graduação com carga horária de 360 horas (*Lato Senso*) de formação pedagógica referente ao cargo concursado, em conformidade com as disposições legais do Ministério da Educação, cuja certificação habilite o profissional para exercer quaisquer das seguintes funções e/ou cargos: orientador educacional, psicopedagogo, administrador escolar, supervisor escolar;

c) Nível III - Licenciatura plena que atenda as normas do Conselho Nacional de Educação Superior mais a apresentação de certificado de título mestre resultante de tese defendida no campo da educação, preferencialmente relativo ao cargo concursado.

d) Nível IV - Licenciatura plena que atenda as normas do Conselho Nacional de Educação Superior mais a apresentação de certificado de título doutor resultante de tese defendida no campo da educação, preferencialmente relativo ao cargo concursado.

§ 1.º O docente que trabalhar no ensino infantil e/ou nas anos iniciais do ensino fundamental e que tomou posse no cargo público de provimento efetivo de professor por meio da habilitação mínima exigida para o magistério em nível de ensino médio e que acumular as situações dispostas a seguir, poderá evoluir na carreira para o Nível II:

a) ter habilitação em magistério ou normal, em nível de ensino médio; e

b) apresentar diploma de graduação ou bacharelado em nível superior, cuja formação não seja na área pedagógica em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Educação Superior; e

c) apresentar diploma de especialização ou pós-graduação na área de formação pedagógica.

§ 2.º É considerado como curso de pós-graduação ou especialização, *lato sensu*, o curso com carga horária mínima de 360 horas (trezentos e sessenta horas), em conformidade com as disposições legais do Ministério da Educação;

§ 3.º Compete ao órgão de Recursos Humanos da Administração Municipal com anuência e/ou parecer fundamentado emitido pela Secretaria Municipal de Educação, a análise e aprovação da documentação referente à formação escolar do servidor, para efeito de seu provimento no cargo e conseqüente evolução na carreira, na forma desta Lei.

§ 4.º Para os detentores de cargo de provimento efetivo na carreira de especialista que tiverem diploma de graduação em licenciatura plena que não seja em pedagogia, mas que apresentarem diploma de pós-graduação na área exigida para a atuação na respectiva carreira de especialista até a data da aprovação desta Lei deverá ser posicionado no

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Nível II da carreira de especialista em atendimento ao art. 64 da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 13. Todo cargo se situa, inicialmente, na classe "A" da tabela de vencimentos correspondente e a esta classe retorna quando vago, conforme o Anexo I.

CAPÍTULO IV
Da Promoção Vertical

Art. 14. A promoção do servidor de que trata este título é feita mediante a progressão vertical para os níveis correspondentes, na mesma classe, devido à sua qualificação e formação profissional para o exercício do cargo, comprovado pela sua formação escolar e deve ser requerido previamente pelo interessado, nos meses de Janeiro e de Julho.

§ 1.º A promoção do servidor estável detentor de cargo de provimento efetivo ocorre imediatamente após a emissão de ato administrativo por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a análise e a aprovação pelo Órgão Municipal de Recursos Humanos do Município mediante parecer prévio da Secretaria Municipal de Educação sobre a documentação que comprove a sua formação escolar ou certificação em cursos do nível solicitado.

§ 2.º A promoção do servidor ocorrerá de um nível para outro quando atendidas as exigências do parágrafo anterior.

§ 3.º O efeito financeiro decorrente da promoção do servidor, quando aprovada, terá início a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao do protocolo de toda a documentação comprobatória para o nível solicitado.

§ 4.º A promoção de que trata o caput do artigo independerá de vagas.

§ 5.º No eixo vertical da tabela de vencimentos de cada carreira, o servidor terá, em relação ao vencimento do mesmo nível anterior da carreira, um aumento na promoção conforme Anexo I.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 6.º Os servidores de que trata este título que estiverem em estágio probatório terão direito à promoção nos termos deste capítulo após um interstício mínimo de 365 dias.

§ 7.º O servidor considerado profissional do magistério que acumular cargos de provimento efetivo em conformidade com os dispositivos constitucionais terá a promoção deferida para cada cargo analisando a certificação apresentada.

CAPÍTULO V
Da Progressão Horizontal

Art. 15. Consiste a progressão horizontal do servidor de que trata este título o posicionamento do servidor em grau remuneratório superior àquele em que se encontra atualmente, pela classificação na promoção referente à mudança de classe, decorrente da obtenção de nota mínima em procedimento de avaliação do seu desempenho e logo após cumprimento do interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe em que se encontra.

Art. 16. Deferida a progressão horizontal, o servidor será posicionado na nova classe, no mesmo nível onde se encontrava anteriormente e perceberá um aumento na progressão horizontal em relação ao vencimento da classe anterior, conforme fator de progressão disposto no Anexo I, conforme a carreira.

Parágrafo único. O servidor que obtiver a progressão horizontal receberá o aumento de que trata este artigo no mês subseqüente após a publicação do ato administrativo que concedeu a progressão horizontal.

Art. 17. A avaliação de desempenho de que trata este capítulo será realizada anualmente e ao final do interstício disposto de 03 (três) anos, somar-se-á a nota obtida em cada uma das avaliações realizadas anualmente e as apurar-se-á por meio das médias aritmética simples e ponderada das avaliações a nota final mínima exigida para obtenção da progressão horizontal, conforme capítulo X do Título IV desta Lei.

Parágrafo único. Quando do enquadramento dos efeitos desta Lei para fins de progressão horizontal, e quando ocorrer a primeira avaliação de desempenho, o servidor que faltar 1 (um) ou 2 (dois) anos para completar o interstício para progredir na carreira referente

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

à classe posterior, será concedida a progressão horizontal a ele observando os parâmetros seguintes:

I – se faltar 1 (um) ano para completar o interstício necessário para a obtenção da progressão horizontal, a nota obtida na avaliação será considerada como a nota necessária para a concessão da progressão horizontal.

II – se faltarem 2 (dois) anos para completar o interstício necessário para a obtenção da progressão horizontal, a nota obtida no resultado das médias aritmética simples e ponderada ao final desses dois anos será considerada como a nota para fins de concessão da progressão de que trata este capítulo e nos termos do capítulo X do Título IV desta Lei.

Art. 18. Interrompem a contagem do tempo de exercício, para fins de progressão horizontal durante o interstício definido no art. 15 desta Lei, sempre que o servidor:

I – somar duas penalidades na forma de advertência conforme normas definidas no estatuto vigente dos servidores públicos de Araporã - MG;

II – sofrer uma penalidade na forma de suspensão, mesmo que convertida em multa, conforme normas definidas no estatuto vigente dos servidores públicos de Araporã - MG;

III – completar 10 (dez) faltas injustificadas ao serviço;

IV – somar 15 (quinze) atrasos de comparecimento ao serviço ou saídas antes do término do horário da jornada;

V – deixar de participar de 3 (três) atividades extraclasse desenvolvidas pela escola;

VI – requerer licenças e afastamentos sem direito à remuneração;

Parágrafo único. Sempre que ocorrer quaisquer das hipóteses de interrupção previstas neste artigo, iniciar-se-á nova contagem para fins do tempo exigido para progressão horizontal.

Art. 19. Suspendem a contagem do tempo do interstício definido no art. 15 desta Lei para fins de progressão horizontal enquanto perdurar as situações seguintes:

I - licença para tratamento de saúde, no que exceder a 120 (cento e vinte) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

II - tiver afastamento para exercício de atividade não relacionada com o magistério.

III – o período de licenças que ultrapassem o limite de 9 (nove) licenças durante a contagem para o interstício, independente do período de cada licença;

IV – o período de licença para afastamentos motivados por internação hospitalar com o intuito da realização de cirurgias simplesmente estéticas com o objetivo de embelezamento, excetuando as cirurgias de reparação em decorrência de doenças e acidentes;

V – o período em que ocupar cargo em comissão e/ou função gratificada.

Art. 20. A progressão horizontal do servidor é vinculada a sua aprovação no estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 21. Para alcançar a progressão horizontal, o servidor deverá, cumulativamente:

I - cumprir o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe em que esteja posicionado;

II - ter obtida nota mínima final correspondente à média igual ou superior a 70 (setenta) pontos conforme capítulo X do Título IV desta Lei no período mencionado no inciso anterior.

CAPÍTULO VI

Das Vantagens Especiais

SEÇÃO I

Das Férias e do Recesso

Art. 22. O Professor em efetivo exercício nas atividades de docência terá direito a 30 (trinta) dias de férias anuais consecutivos, acrescidos de 15 (quinze) dias de recesso, de acordo com o interesse do Órgão Municipal de Educação.

§ 1.º Os demais servidores das Carreiras dos Servidores da Educação têm direito a 30 (trinta) dias de férias anuais.

§ 2.º O período de férias e recesso disposto neste artigo será concedido conforme o calendário escolar da unidade escolar em que o servidor exercer suas funções laborativas.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

SEÇÃO II

Da Gratificação de Titularidade

Art. 23. O servidor da Carreira do Magistério fará jus a Gratificação de Titularidade nos casos e percentuais abaixo relacionados:

I - 5% (cinco por cento) sobre o vencimento padrão ou vencimento-base do cargo efetivo para o Professor que tenha regularmente matriculado em sua classe, número igual ou superior a 5 (cinco) alunos portadores de necessidades especiais, de projeto inclusivo, comprovado pelos instrumentos de acompanhamento diários dos alunos, em conformidade com o termo adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU;

II - 8% (oito por cento) sobre o vencimento padrão ou vencimento-base do cargo efetivo para o Professor que exerça a docência ou regência em classe onde se processa a alfabetização nos 3 (três) Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III – 5% (cinco por cento) sobre o vencimento padrão ou vencimento-base do cargo efetivo para o Professor ou o Especialista que comprovar titulação até alcançar a carga-horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas na área do cargo concursado, e/ou na área de formação pedagógica, e/ou na área de informática, e/ou na área de acessibilidade/inclusão em conformidade com outras normas correlatas e vigentes, até o limite de 720 horas.

IV – 10% (dez por cento) sobre o vencimento padrão ou vencimento-base do cargo efetivo se o Professor ou o Especialista já tiver um diploma de especialização ou pós-graduação referente à área do cargo concursado ou na área pedagógica e apresentar um segundo diploma de especialização ou pós-graduação com carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas na área do cargo concursado, e/ou na área de formação pedagógica na área do cargo concursado, e/ou na área de formação pedagógica, e/ou na área de informática, e/ou na área de acessibilidade/inclusão em conformidade com outras normas correlatas e vigentes;

§ 1.º Entende-se por formação e qualificação profissional, para efeito do disposto neste artigo, a conclusão de cursos de atualização, aperfeiçoamento ou pós-graduação, desde que não computada para a promoção, na área da educação, direcionados exclusivamente à docência.

§ 2.º O limite de horas de que trata o inc. III deste artigo não poderão ser alcançados em um só curso por se tratar de formação continuada.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 3.º A gratificação de que trata este artigo será calculada sobre o vencimento base do servidor, podendo ser percebidas, concomitantemente, se assim forem justificadas e computadas para as situações previstas neste artigo.

§ 4.º Só serão considerados para efeito da gratificação de que trata o inciso III deste artigo, os cursos com duração mínima de 40 (quarenta) horas, sendo desprezadas as horas que exceder o limite de 180 horas para cada titularidade, exceto os promovidos pela Secretaria Municipal de Educação que poderão ser considerados.

§ 5.º Cabe à Secretaria Municipal da Educação a avaliação e o acompanhamento das classes com alunos classificados como pessoas com deficiência, em conformidade com os termos adotados pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para efeito da concessão das gratificações previstas neste artigo.

§ 6.º Para fins de concessão das gratificações, os títulos deverão ser reconhecidos por órgãos competentes, com aproveitamento igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 7.º Com exceção das gratificações dispostas nos incisos I e II, a Gratificação de Titularidade total não poderá exceder o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento padrão ou vencimento-base do servidor.

CAPÍTULO VIII
Da Inclusão

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação por intermédio desta Lei e em atendimento as normas federais para a consecução da Política Nacional de Inclusão adotada pelo Ministério da Educação firma compromisso com os munícipes com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública municipal de ensino regular.

§ 1.º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma a facilitar, complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2.º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 3.º Considera-se profissional do magistério o professor regente nas salas de aula que atua em apoio direto ao aluno de que trata este capítulo e que trabalha em cooperação com o professor regente da sala de aula.

§ 4.º O professor regente de que trata o parágrafo anterior deverá acumular pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - ter habilitação exigida para a série em que atuar em apoio ao professor regente da sala;

II – comprovar experiência com alunos de que trata o presente capítulo;

III – apresentar curso na área de formação pedagógica que envolva inclusão.

IV - apresentar curso na área que envolva acessibilidade ou inclusão.

V – nas anos finais do ensino fundamental o professor deverá ter no mínimo formação pedagógica em nível superior ou curso de licenciatura plena de nível superior na área da educação.

§ 5.º Considera-se profissional do magistério de apoio à inclusão o professor regente que atue nas salas multifuncionais em apoio ao ensino regular e que seja PEB I ou PEB II conforme dispõe esta Lei.

§ 6.º A Secretaria Municipal de Educação deve primar pelas condições de acessibilidade para todos os funcionários que atuem nos órgãos públicos da abrangência de sua competência.

Art. 25. São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Art. 26. São ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos seguintes:

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

I - implantação de salas de recursos multifuncionais;

II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;

III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade;

VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições municipais de educação básica.

Parágrafo único. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

Art. 27. O atendimento educacional especializado tem como função facilitar, complementar e/ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 28. A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado como parte integrante do processo educacional.

Art. 29. Para fins deste capítulo, considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

I - alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

II - alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III - alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Art. 30. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado prevendo na sua organização:

I - sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - matrícula no Atendimento Educacional Especializado de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - cronograma de atendimento aos alunos;

IV - plano do Atendimento Educacional Especializado: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - professores para o exercício da docência do Atendimento Educacional Especializado;

VI - outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o Atendimento Educacional Especializado.

Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 31. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais e na sala do ensino regular;

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

CAPÍTULO IX

Das Funções Complementares da Docência

Art. 32. O professor que por motivos de saúde tiver suas funções limitadas para lecionar aulas nas salas do ensino regular do Ensino Infantil e do Fundamental, mediante laudo e/ou parecer médico do órgão competente, poderá exercer suas funções do cargo de forma complementar, sem perder sua condição de docente e demais benefícios e vantagens que dispõe esta Lei, se exercer suas atividades em conformidade as funções seguintes:

I - Professor de auxílio pedagógico à docência: professor que realiza de forma possível, observada a sua limitação constante do laudo ou parecer médico conforme o caput deste artigo, as principais funções:

a) professor reforçador de conteúdos curriculares, quando for possível;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

- 0044
- 0044

b) professor responsável pela elaboração de conteúdos curriculares em apoio aos professores regentes da sala de aula;

c) professor responsável pela elaboração de materiais pedagógicos em apoio aos professores regentes da sala de aula;

d) professor responsável pela elaboração, aplicação e correção de avaliações do conteúdo programático e outras que se fizerem necessárias em apoio aos professores regentes da sala de aula;

II - Professor de ensino regular de apoio à Inclusão: professor que realiza de forma possível, observada a sua limitação constante do laudo ou parecer médico conforme o caput deste artigo, as funções dispostas em conformidade com o art. 31 desta Lei;

III - Professor do ensino regular interdisciplinar: professor que realiza de forma possível, observada a sua limitação constante do laudo ou parecer médico conforme o caput deste artigo, as principais funções:

a) professor responsável pela elaboração de conteúdos curriculares com temáticas transversais em apoio aos professores regentes da sala de aula;

b) professor responsável pela elaboração de materiais pedagógicos com temáticas transversais em apoio aos professores regentes da sala de aula;

c) professor responsável pela elaboração, implantação e execução de campanhas, projetos, palestras, seminários e conferências com temáticas transversais em apoio aos professores regentes da sala de aula e trabalho com a comunidade escolar em geral;

§ 1.º Será concedida a função complementar da docência ao professor detentor de cargo de provimento efetivo da carreira de professor que estiver limitado na sua capacidade de lecionar aulas, mediante as normas constantes do caput deste artigo e emissão de ato administrativo do Chefe do Poder Executivo autorizando a readaptação funcional do servidor.

§ 2.º São considerados como temáticas transversais para efeitos deste artigo, os seguintes: questões e temas relativos a cidadania, ética, meio ambiente, prevenção e combate ao uso de elementos drogatíceos ou entorpecentes químicos, questão de igualdade racial, defesa dos direitos das minorias, orientação sexual, credo, política, direitos de proteção ao idoso, direitos de proteção à mulher e direitos das pessoas com deficiência.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação em conjunto com as outras Secretarias deverá criar programa de prevenção, erradicação e reabilitação dos servidores que tiveram suas funções limitadas por ocorrência de doenças e moléstias em decorrência do exercício do cargo que é detentor.

Parágrafo único. O programa de que trata este artigo deverá ser regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34. Todos os servidores que estiverem afastados por motivos de doença e ou moléstia em decorrência do exercício do cargo que é detentor e os servidores que ocuparem funções complementares da docência deverão participar do programa de que trata o artigo anterior sob pena de serem revistos seus processos de readaptação funcional.

Art. 35. Quando da lotação dos profissionais do magistério ocorrer falta de salas ou turmas para designação do servidor, este poderá exercer uma função complementar de que trata este capítulo.

CAPÍTULO X

Da Jornada de Trabalho e das Faltas

Art. 36. A jornada de trabalho semanal do professor do Ensino Fundamental e da Educação Infantil será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que dois terços serão cumpridos em sala de aula e um terço serão destinados para horas atividades extra-classe que serão reservadas para estudos, planejamento, preparação e avaliação de trabalhos didáticos, a colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Parágrafo Único. Fica mantida a jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais para professores e especialistas concursados com esta carga horária, desde que previsto no edital do concurso, observada a proporcionalidade de horas em sala de aula e horas atividades extra-classe, conforme mencionado no *caput* deste artigo.

Art. 37. A jornada de trabalho semanal do professor em função docente fica distribuída conforme a tabela descrita no Anexo IV desta Lei.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 1.º A hora-aula do professor tem duração de 50 (cinqüenta) minutos e a hora-atividade ou extra-classe tem duração de 60 (sessenta) minutos.

§ 2.º Para o cálculo da carga horária mensal dos professores, multiplica-se a carga horária semanal do professor pelo índice 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) de acordo com a seguinte fórmula:

Carga Horária Mensal = 5,25 * (Hora-Aula Ministrada + Hora-Atividade)

I – O índice 5,25 refere-se à quantidade média de semanas mensais – 4,5 (quatro vírgula cinco) – acrescido de 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) que representa 1/6 (um sexto) correspondente ao Repouso Semanal Remunerado;

II – O termo "Hora-Aula Ministrada" refere-se à carga horária com o aluno em sala de aula, obedecendo o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária semanal do professor;

III - O termo "Hora-Atividade" ou "Extra-Classe" refere-se ao número de horas-relógio equivalente a no mínimo 1/3 (um terço) da carga horária semanal do professor e são aquelas destinadas à preparação, ao planejamento, à avaliação do trabalho didático, à participação em reuniões com supervisor escolar, à recuperação dos alunos, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade, ao aperfeiçoamento profissional, à capacitação em serviço de acordo com a Rede Municipal de Ensino e com a Proposta Pedagógica de cada escola, obedecendo à seguinte distribuição:

a) Recuperação de aluno: 25% (vinte e cinco por cento)
b) Reunião com Supervisor Escolar: 10% (dez por cento)
c) Reunião Pedagógica: 10% (dez por cento)
d) Colaboração com a administração da Escola: 7% (sete por cento)
e) Preparação, Planejamento e Estudos: 25% (vinte e cinco por cento)
f) Demais atividades: 23% (vinte e três por cento)

§ 3º - É obrigatória a participação de todos os professores nas atividades complementares de cunho pedagógico, em dia e hora determinado pela direção da Unidade Escolar, sendo essas atividades supervisionadas por supervisores escolares e orientadores educacionais, sem prejuízo da carga horária destinada à efetiva regência de classe e/ou aulas.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 38. A jornada de trabalho semanal dos especialistas será de 40 horas semanais, ressalvado os detentores de cargos de Supervisor Escolar que terá jornada de trabalho semanal de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas e no máximo 40 (quarenta) horas semanais, conforme previsão no edital do concurso.

Art. 39. O professor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar, sempre que houver necessidade e a critério da Secretaria Municipal de Educação do Município, com vencimento correspondente à respectiva jornada.

§ 1.º A convocação para trabalhar em regime suplementar só terá lugar após despacho favorável da Secretaria Municipal de Educação, em pedido fundamentado pelo Diretor da Unidade de Ensino, no qual fique demonstrada a necessidade da medida, em caráter provisório.

§ 2.º Pelo trabalho em regime suplementar o professor perceberá remuneração na base de seu regime normal, observada a proporcionalidade quando da convocação para período inferior a dezesseis horas semanais.

§ 3.º Não poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar o professor que estiver em acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, exceto se houver compatibilidade de horários e nos casos previstos em lei.

§ 4.º O professor que atua no Ensino Fundamental, por área e/ ou por conteúdo, quando não completar a carga horária correspondente ao cargo em sala de aula e atividades exigidas pelo Projeto Político Pedagógico da escola, assumirá aulas de conteúdos afins.

Art. 40. O número mínimo de horas/aula deverá ser cumprido apenas em uma unidade escolar para atender a grade curricular estabelecida pela escola em que o professor atuar.

§ 1.º Caso não haja aulas da disciplina do professor em número suficiente para que possa cumprir a sua jornada de normal de trabalho apenas em um turno, a carga horária será complementada em outro turno, conforme sua disponibilidade.

§ 2.º Na impossibilidade de proceder à complementação referida no parágrafo anterior, o professor ficará obrigatoriamente na unidade de ensino, em atividade extraclasse, de natureza pedagógica, sem prejuízo da sua remuneração.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 3.º A distribuição das horas atividades será definida pela escola, desde que não resulte em redução da carga horária do aluno.

Art. 41. As faltas ao trabalho são caracterizadas:

I - por dia;

II - por hora/aula ou hora atividade.

§ 1.º O professor e o detentor da carreira de especialista pedagógico, integrante da carreira do Magistério que faltar ao serviço perderá:

I - a remuneração do dia, salvo se a ausência for ocasionada por motivo legal;

II - 1/100 (um centésimo) da remuneração mensal por hora atividade ou hora aula não cumprida;

III - parcela da remuneração, proporcionalmente aos atrasos acima da tolerância, ausências eventuais e saídas antecipadas, quando não autorizadas pela chefia imediata, conforme disposto em regulamento.

§ 2.º Para os efeitos deste artigo, aplica-se ao conceito de hora atividade as exercidas em unidades de ensino ou unidade técnica da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3.º Aplicam-se aos trabalhadores em educação do município de Araporã - MG, as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

§ 4.º O atraso igual ou superior a 15 (quinze) minutos do professor, acarretará desconto do valor total da hora/aula.

§ 5.º O professor ou especialista que tiver registrado 4 (quatro) horas de atrasos durante o período de 60 (sessenta) dias, poderá ser suspenso por quinze dias.

TÍTULO III

Da Movimentação

CAPÍTULO I

Da Lotação

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã : MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 42. A lotação do pessoal do quadro dos Profissionais do Magistério nas respectivas unidades é aprovada, anualmente, pela Secretaria Municipal de Administração, conforme proposta da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista as necessidades do Ensino Público Municipal, a garantia do padrão de qualidade do Ensino e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade educacional.

§ 1.º O profissional do magistério, em exercício em mais de uma unidade, será lotado na unidade onde prestar maior número de horas de trabalho.

§ 2.º O profissional do magistério que acumular os cargos de provimento efetivo da carreira de especialista e de professor poderá atuar em uma única unidade escolar quando for possível tal lotação, observado o estudo de compatibilidade de horário para trabalhar.

Art. 43. É facultado ao profissional do magistério solicitar nova lotação, mediante transferência, que poderá ser atendida a critério da Administração Municipal, desde que não traga prejuízo à unidade onde estiver lotado e exista vaga na unidade para onde deseja transferir-se.

Art. 44. O docente que estiver lecionando determinada disciplina ou área de estudo poderá ser transferido, a seu pedido, para o ensino de outra matéria, desde que devidamente habilitado e a critério da Secretaria Municipal de Educação, respeitando-se em qualquer caso o regime de trabalho e o cargo no qual tomou posse.

Art. 45. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Araporã - MG e aos diretores das escolas municipais em regime de responsabilidade solidária, organizar o quadro de lotação de pessoal em cada escola, inclusive realizar alterações no quadro para o bom andamento dos trabalhos e em consonância com o interesse público.

§ 1.º As vagas na unidade escolar referente às turmas e aulas são atribuídas aos professores detentores de cargo de provimento efetivo e de provimento em função pública decorrente de estabilidade, que tem vaga assegurada na rede municipal de ensino e que comprovar maior tempo na rede municipal de ensino conforme lista classificatória em ordem decrescente;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 2.º As vagas na unidade escolar são atribuídas aos demais profissionais, que tem vaga assegurada na rede municipal de ensino e que comprovar maior tempo na rede municipal de ensino conforme lista classificatória em ordem decrescente;

§ 3.º O professor eventual poderá ser aquele que tiver menor tempo de serviço na rede municipal de educação.

Art. 46. Fica estabelecido que o professor só poderá completar seu cargo com matérias afins quando esgotadas as aulas do conteúdo para o qual o servidor é habilitado e concursado quando for o caso.

CAPÍTULO II

Da Remoção

Art. 47. A remoção é o ato mediante o qual o servidor efetivo passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquia ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

§ 1.º A remoção será feita pela Secretaria Municipal de Administração, mediante proposta da Secretaria Municipal de Educação, considerada a conveniência do serviço e pode ser determinada:

I - a pedido do servidor estável;

II - de ofício, por necessidade do ensino.

§ 2.º Fica vedada a remoção de lotação do servidor durante o seu estágio probatório.

§ 3.º A remoção do servidor da educação far-se-á no mês de janeiro ou à época de recesso ou férias escolares, salvo interesse devidamente justificado no ensino ou motivo de saúde.

§ 4.º Os pedidos de remoção devem ser protocolizados na Secretaria Municipal de Educação nos meses de outubro e novembro de cada ano, e, deverão ser atendidos, em sendo o caso, até o dia 15 de janeiro subseqüente.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 1.º O Projeto Político Pedagógico da Unidade é quadrienal e será revisto, a cada ano, por proposta da comunidade escolar, conforme as diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2.º A definição das diretrizes e dos indicadores, para a revisão do Projeto Político Pedagógico, pela Secretaria Municipal de Educação, será precedida de ampla consulta à comunidade escolar.

§ 3.º O servidor da educação terá participação ativa na elaboração, no acompanhamento e na implementação do Projeto Político Pedagógico de sua Unidade, bem como nas decisões colegiadas.

§ 4.º Ao docente, cabe definir, nos termos das diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e da Unidade, os objetivos, os processos, os métodos de ensino e a avaliação.

CAPÍTULO II

Do Programa de Formação e Qualificação do Servidor

Art. 52. Aperfeiçoamento profissional é o conjunto de procedimentos que visam proporcionar a atualização, capacitação e valorização dos profissionais da educação para melhoria do ensino, tendo como objetivos:

I - promover a qualificação e aperfeiçoamento profissional do servidor;

II - criar e desenvolver habilidades, hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

III - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados definidos no Planejamento da sua unidade ou grupo de trabalho;

IV - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento profissional dos servidores; e

V - criar e desenvolver práticas e valores pedagógicos visando a eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação de grupos sociais diferenciados, fortalecendo a cidadania e observando o respeito mútuo.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 53. O aperfeiçoamento profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será desenvolvido e oportunizado através de cursos de formação continuada, aperfeiçoamento, especialização, seminários, encontros, simpósios, palestras e outros similares, na área educacional em instituições credenciadas conforme programas estabelecidos.

Art. 54. A licença para aperfeiçoamento profissional consiste no afastamento do professor de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para freqüência a cursos ligados à área do cargo e/ou na área de formação pedagógica, devendo ter substituto enquanto perdurar o afastamento, e será concedida:

I – para freqüência a cursos de atualização e aperfeiçoamento, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Sistema Municipal de Educação;

II – para a freqüência a curso de graduação e pós-graduação, (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado);

III – para realizar estágio no País ou no exterior, na área de atuação do profissional, de acordo com os interesses do Sistema Municipal de Educação;

IV – participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural técnica, ou sindical, inerente às funções desempenhadas pelo Profissional do Magistério.

Art. 55 – A licença para qualificação profissional, a ser concedida mediante apreciação do titular da Secretaria Municipal de Educação, com a anuência do chefe imediato, consiste na dispensa do cumprimento da totalidade ou da proporcionalidade da jornada de trabalho do profissional do magistério, durante o período destinado ao curso, com seus vencimentos limitados a 60% (sessenta por cento), assegurados sua efetividade para todos os efeitos da carreira, desde que seja comprovado benefício eficiente e eficaz para o município e será concedida mediante os seguintes critérios:

a) Tempo de serviço igual ou superior a 03 (três) anos no município;

b) Parecer favorável do Responsável pelo Ensino Municipal e do Prefeito Municipal;

c) Curso na área da educação, reconhecido pelo MEC;

d) Inexistência de outro curso do mesmo nível;

e) Compromisso de terminar o curso no prazo normal previsto pela Instituição;

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

f) Ter compromisso com o ensino municipal e aproveitamento satisfatório dos alunos comprovado pelos Diários de Classe.

§ 1.º O requerimento de licença para qualificação profissional deverá ser protocolizado na Secretaria Municipal de Educação, para encaminhamento ao Prefeito Municipal para deferimento ou indeferimento, respeitando o prazo de 15 (quinze) dias para se pronunciar a respeito.

§ 2.º O servidor que gozar de licença para qualificação profissional, deverá permanecer no cargo por período equivalente ao de afastamento, após a conclusão do curso, tendo como obrigatoriedade a organização, extra horário de trabalho, de momentos de estudo para reflexão sobre os temas estudados durante o Curso, não podendo inclusive gozar das licenças previstas nos incisos VI, VII, VIII, IX e X do Artigo 97 da Lei Complementar Nº. 011 de 11 de julho de 1997.

§ 3.º O servidor que não cumprir o interstício do tempo da licença previsto no parágrafo segundo, deverá devolver aos cofres públicos o valor pecuniário total e devidamente corrigido, referente ao período de licença em que se ausentou de suas atividades para qualificação profissional.

§ 4.º Não se admitirão, na mesma unidade escolar, licenças simultâneas em número superior a sexta parte do pessoal em exercício, permitindo-se um único afastamento quando o número de pessoal for inferior a seis.

§ 5.º Havendo número de servidores interessados a licença estabelecida no *caput* deste artigo, em número superior ao definido no parágrafo anterior, será deferido o pedido ao servidor que tenha maior tempo de serviço público no Município.

§ 6.º O servidor da Carreira do Magistério Público Municipal, afastado para aprimoramento profissional previsto no Caput deste artigo, quando do seu retorno, terá assegurado sua vaga na unidade de ensino ou unidade técnica de origem.

§ 7.º Quando do retorno, o servidor beneficiado com a licença de que trata o caput desse artigo deverá apresentar documento de conclusão de curso.

§ 8.º Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

CAPÍTULO III

Da Aplicação do Estatuto dos Servidores Públicos

Art. 56. Ao servidor que integra as Carreiras dos Servidores Profissionais do Magistério aplica-se:

I - o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araporã;

II - a legislação complementar pertinente, relativa às questões não tratadas nesta Lei.

CAPÍTULO IV

Da Contratação por Tempo Determinado

Art. 57. Considera-se como necessidade temporária as contratações que visem a substituição de professor e especialista legalmente afastado por um período superior a 15 (quinze) dias no Ensino Básico, onde o contratado deverá ter habilitação em nível superior.

§ 1.º O contratado deverá estar disponível para atender as necessidades da escola, em todos os turnos, conforme especificado no contrato.

§ 2.º Na contratação de professor ou especialista deverá ter prioridade o servidor aprovado em concurso público que esteja na lista de aprovados a espera de vagas, independente da realização de processo seletivo.

Art. 58. Os professores contratados receberão de acordo com o nível mínimo exigido para atuação no cargo público em que for contratado.

Art. 59. As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

I - regime de trabalho igual ao do servidor afastado;

II - vencimento de acordo com a habilitação sempre na classe inicial;

III - gratificação natalina e férias proporcionais nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IV - inscrição no sistema oficial de previdência social.

Art. 60. Os profissionais contratados serão avaliados quando da realização da avaliação dos servidores de que trata esta Lei e terão seus respectivos contratos prorrogados mediante:

I – interesse público e justificativa do ato; e

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

II – obtenção de nota mínima de 70 (setenta) pontos conforme o capítulo X do Título IV desta Lei.

CAPÍTULO V

Do Regimento da Unidade

Art. 61. A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá as diretrizes básicas para a elaboração dos Regimentos das Unidades.

Parágrafo único. As atribuições e o regime disciplinar dos Servidores da Educação fazem parte do Regimento da Unidade, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, por proposta de cada comunidade escolar.

CAPÍTULO VI

Dos Direitos e das Vantagens

Art. 62. Além dos direitos consagrados ao servidor público municipal são direitos do pessoal do magistério:

I - freqüentar cursos de aperfeiçoamento ou especialização profissional em órgãos competentes, que poderão ser promovidos ou custeados pelo Poder Público Municipal;

II - escolher os processos e métodos didáticos e aplicar os critérios de avaliação da aprendizagem constantes do Plano Geral de Educação do Município;

III - participar do planejamento de programas e currículos, de reuniões, conselhos ou comissões escolares e da elaboração do Plano Geral de Educação do Município;

IV - receber assistência técnica para seu aperfeiçoamento, especialização e atualização;

V - afastar-se do cargo para comparecer a congressos e reuniões relacionados com suas atividades, mediante requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Educação com antecedência de cinco dias.

CAPÍTULO VII

Dos Deveres e das Proibições

Art. 63. Além daqueles previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal são deveres dos integrantes do quadro do magistério:

I - cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolares;

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

II - ocupar-se com zelo, durante o horário de trabalho, no desempenho das atribuições de seu cargo;

III - manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;

IV - elaborar e executar os programas, planos e atividades da escola no que for de sua competência;

V - comparecer às reuniões, encontros pedagógicos e reuniões de área de atuação para as quais for convocado;

VI - participar de todas as atividade da escola;

VII - manter-se pedagogicamente atualizado;

VIII - zelar pelo bom nome da unidade de ensino;

IX - respeitar alunos, colegas, autoridades de ensino, funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educar;

X - cumprir as atribuições específicas do cargo, conforme a legislação vigente.

Art. 64. É vedado aos servidores do magistério e da educação:

I - depreciar oralmente ou por escrito, em informação, parecer ou despacho, as autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-lo do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

II - retirar da escola, sem prévio consentimento da autoridade competente, qualquer documento ou objeto a ela pertencente;

III - promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de contribuições pecuniárias no recinto da escola;

IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função;

V - coagir ou aliciar outrem com objetivos de natureza partidária;

VI - servir-se de sua função para forçar alunos a qualquer tipo de ideologia política ou religiosa;

VII - suprimir créditos do aluno por motivos disciplinares;

VIII - impor castigo físico ou humilhante ao aluno;

IX - praticar ação ou omissão que traga prejuízo físico, moral ou intelectual ao aluno ou que resulte em exemplo deseducativo;

X - praticar discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, sexo, credo ou convicção política.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 65. A apuração de faltas e aplicação de penalidades ao pessoal do magistério processar-se-á de conformidade com as determinações contidas no Estatuto dos Servidores Públicos de Araporã – MG.

CAPÍTULO VIII

Dos Cargos de Provimento em Comissão e Função Pública

Art. 66. O servidor designado para o exercício de cargo de provimento em comissão deverá optar:

I - pelo vencimento de seu cargo efetivo ou cargos efetivos, quando acumuláveis; mais as vantagens pessoais do cargo e/ou cargos quando acumuláveis ou;

II - pelo vencimento do cargo em comissão.

Art. 67. As funções gratificadas de que trata este capítulo correspondem a encargos que não fazem parte das atribuições próprias dos cargos de provimento efetivo, constituindo vantagem transitória.

Art. 68. Somente serão designados para o exercício de funções gratificadas servidores públicos do município detentores de cargos de provimento efetivos.

§ 1.º A designação a que se refere o *caput* deste artigo será feita pelo Prefeito Municipal e levará em conta o nível de escolaridade, a experiência profissional e a habilitação legal necessárias ao desempenho da função.

§ 2.º A criação de função gratificada dependerá da existência de dotação orçamentária para atender às despesas e de lei específica discriminando o nome da função, seu valor e o órgão de lotação.

Art. 69. O cargo de Diretor Escolar é cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Lei Complementar Municipal No. 56 de 26 de maio de 2009.

Parágrafo Único. O professor ou especialista supervisor escolar e orientador educacional no exercício da função de Diretor terá uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vedada a acumulação do seu exercício com o de outro cargo ou função, distribuída nos turnos de funcionamento do estabelecimento de ensino.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 70. Fica criada a função gratificada de Vice-Diretor a ser preenchida por professor ou especialista ocupante de cargo efetivo, desde que a escola de sua lotação tenha número de alunos igual ou superior a 400 (quatrocentos).

§ 1.º Ao assumir as funções de vice-diretor, o servidor será afastado das atribuições do cargo efetivo mantendo a sua remuneração acrescida de uma gratificação correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre seu vencimento básico.

§ 2.º Caso seja necessário, a critério do Secretário Municipal de Educação e desde que compatível com o número de turmas, o vice-diretor poderá ter sua carga horária estendida em, no máximo, 40 horas semanais, com a remuneração compatível a jornada trabalhada, fazendo jus a gratificação estabelecida no parágrafo anterior.

CAPÍTULO X

Da Avaliação de Desempenho

SEÇÃO I

Das Disposições Iniciais

Art. 71. A progressão horizontal para a carreira dos servidores que esta Lei abrange é a passagem para a referência de vencimento imediatamente superior dentro de um mesmo nível, ocorrendo a cada 3 (três) anos, e será decorrente da auto-avaliação, avaliação de desempenho e avaliação de qualificação, sendo essa comprovada por cursos em instituições credenciadas e aquelas por conhecimentos específicos da área de atuação do profissional de educação.

Art. 72. A avaliação de desempenho dos profissionais do magistério e que constam nas carreiras abrangidas nesta Lei, para efeitos de sua progressão horizontal, será feita anualmente na forma das normas estabelecidas nesta lei e regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO II

Dos Critérios para a Avaliação de Desempenho

Art. 73. O processo de avaliação é institucional, imparcial e pessoal, constando do seguinte procedimento:

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

I - avaliação de desempenho: avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação em formulário específico.

§ 1.º O Secretário Municipal de Educação será o responsável pela coordenação e supervisão do processo de avaliação, conforme as diretrizes gerais estabelecidas nesta lei.

§ 2.º O resultado da avaliação será motivado, exclusivamente, com base na aferição dos critérios previstos nesta lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, documentos, circunstâncias e demais elementos de convicção no termo final de avaliação.

§ 3º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

§ 4º O servidor avaliado deverá dar ciência no resultado da avaliação de desempenho.

Art. 74. Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação que será composta por profissionais do magistério do município e pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 1.º A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação será nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, constituída de 5 (cinco) membros, da seguinte forma:

I - 3 (três) servidores estáveis representantes da carreira do magistério que serão eleitos pelos próprios profissionais do magistério, com seus respectivos suplentes;

II - 2 (dois) servidores indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um deles o Secretário Municipal de Educação que a presidirá.

§ 2.º Para se candidatar, o servidor estável deverá atender aos seguintes critérios:

I – não ser integrante da diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais ou órgão sindical equivalente;

II – não ocupar cargo em comissão;

III – não ter sido candidato a cargo eletivo nas duas últimas eleições municipais.

Rua José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

I - avaliação de desempenho: avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação em formulário específico.

§ 1.º O Secretário Municipal de Educação será o responsável pela coordenação e supervisão do processo de avaliação, conforme as diretrizes gerais estabelecidas nesta lei.

§ 2.º O resultado da avaliação será motivado, exclusivamente, com base na aferição dos critérios previstos nesta lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, documentos, circunstâncias e demais elementos de convicção no termo final de avaliação.

§ 3º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

§ 4º O servidor avaliado deverá dar ciência no resultado da avaliação de desempenho.

Art. 74. Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação que será composta por profissionais do magistério do município e pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 1.º A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação será nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, constituída de 5 (cinco) membros, da seguinte forma:

I - 3 (três) servidores estáveis representantes da carreira do magistério que serão eleitos pelos próprios profissionais do magistério, com seus respectivos suplentes;

II - 2 (dois) servidores indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um deles o Secretário Municipal de Educação que a presidirá.

§ 2.º Para se candidatar, o servidor estável deverá atender aos seguintes critérios:

I – não ser integrante da diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais ou órgão sindical equivalente;

II – não ocupar cargo em comissão;

III – não ter sido candidato a cargo eletivo nas duas últimas eleições municipais.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 3.º A eleição será convocada e normatizada por Decreto Municipal e, caso as vagas não preenchidas pela eleição caberá ao Chefe do Poder Executivo a respectiva escolha e nomeação.

§ 4.º Os servidores titulares estáveis integrantes da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação farão jus a uma gratificação correspondente a 5% (cinco por cento) calculada sobre o vencimento-base, somente no período que ocorrer a Avaliação de Desempenho.

§ 5.º A gratificação prevista no parágrafo anterior terá caráter precário e não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos e proventos e sobre ela não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária, inclusive no cálculo de férias e abono natalino.

§ 6.º Com exceção dos servidores indicados pelo Prefeito, os demais integrantes da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação serão eleitos para mandato de um ano, vedada reeleição. O prazo do mandato poderá ser prorrogado por igual período através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 7.º Os servidores estáveis, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, integrantes da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação poderão ser substituídos a qualquer tempo.

§ 8.º Os servidores estáveis integrantes da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação serão avaliados pelo presidente desta comissão.

§ 9.º A Secretaria Municipal de Educação dará suporte técnico e administrativo, bem como disporá de todos os recursos necessários para o efetivo funcionamento da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho da Educação.

Art. 75. Para efeito de progressão horizontal na carreira do servidor de que trata esta Lei deverá ser observada a avaliação de desempenho e a avaliação de qualificação, que será feita anualmente, sendo que para a definição da pontuação, serão observados e analisados quesitos relativos a: pontualidade, assiduidade, cumprimento das atividades e

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

metas, responsabilidade e zelo pelo patrimônio público, relações humanas, participação na implantação e implementação do Projeto Político Pedagógico.

§ 1.º Para fins de regulamentação do caput deste artigo, os termos a seguir objetivam:

I – pontualidade: destina-se a verificação do cumprimento, pelo servidor, dos horários estabelecidos pela Prefeitura referente a entrada e a saída do local de trabalho, das reuniões, das palestras, dos treinamentos e outros;

II – assiduidade: este item tem por finalidade verificar a freqüência do servidor ao seu local de trabalho e a quantidade de atestados médicos apresentados;

III - responsabilidade e zelo pelo patrimônio público: visa a verificação se o servidor desenvolve suas atividades de acordo com as atribuições do seu cargo, bem como as demais atividades que lhe forem atribuídas com vistas ao bom funcionamento do seu local de trabalho e também a análise do uso adequado dos equipamentos e/ou materiais inerentes às suas atividades profissionais, primando pela competência e pelo respeito aos demais colegas;

IV - relações humanas e iniciativa: analisa o interesse do servidor em colaborar com os colegas de trabalho e com a Administração Pública, analisa sua postura ética perante a toda a comunidade e verifica a execução do trabalho que lhe é atribuído, destacando-se que o princípio da boa convivência deve ser estabelecido entre todos os servidores de forma crítica e participativa, com os pais ou responsáveis pelos alunos, com a comunidade em geral, em que a ocupação das funções deve ser em condições de igualdade, sem privilégios por opção ideológica ou afetiva;

V – cumprimento de metas e atividades: objetiva analisar a efetividade das atividades realizadas e metas alcançadas objetivando acompanhar o nível de colaboração, principalmente no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, participação em cursos e treinamentos de capacitação profissional custeados pelo Município;

VI - qualificação contínua e participação na implantação e implementação do Projeto Político Pedagógico: tem a finalidade de verificar a contribuição efetiva no desenvolvimento de todas as etapas da construção do Projeto Político Pedagógico. Atua em diferentes ações educativas, promovendo a relação entre toda a comunidade escolar, além de verificar o aprimoramento permanente do profissional do magistério através da participação e aproveitamento em palestras, seminários e cursos de atualização e aperfeiçoamento oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 2.º Para efeito de avaliação de desempenho serão atribuídos pontos para cada item previsto no parágrafo primeiro, incisos I a VI do presente artigo, conforme análises realizadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho.

§ 3.º O chefe imediato e, quando necessário, mais um servidor com cargo igual ou superior ao servidor submetido à Avaliação de Desempenho, colaborará na aplicação dos critérios previstos no *caput* deste artigo.

SEÇÃO III

Do Resultado das Avaliações

Art. 76. A nota de avaliação anual será obtida pelo somatório das notas da avaliação de desempenho.

Art. 77. Os pontos a serem atribuídos para cada item da avaliação de desempenho poderão ser no mínimo 1 (um) e no máximo 10 (dez) pontos.

Art. 78. A nota final do profissional do magistério será a média aritmética simples das notas das avaliações anuais obtidas em cada um dos anos do interstício necessário para a concessão da progressão horizontal.

Art. 79. Será considerado apto a obter a progressão horizontal o profissional do magistério que obtiver nota final igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

Art. 80. O resultado e os instrumentos de avaliação, a indicação dos elementos de convicção e de prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação serão arquivados na pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 81. O profissional do magistério que obtiver duas avaliações anuais consecutivas negativas ou três avaliações negativas não consecutivas, no interstício de cinco anos, será demitido por insuficiência de desempenho.

Parágrafo Único. A insuficiência de desempenho somente será decidida e declarada desde que ao servidor seja assegurado o pleno direito de defesa e contraditório, e que a decisão tenha como base descritiva, inteligível, confiável, comunicável e comparável os

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

resultados anuais das avaliações de desempenho do servidor, e com a condição de que tenham sido elas do conhecimento do servidor avaliado.

SEÇÃO VII

Dos Recursos

Art. 82. Os servidores avaliados que se sentirem prejudicados em quaisquer das avaliações previstas nesta Lei, poderão entrar com recurso administrativo junto à Comissão de Avaliação de Desempenho, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da ciência por parte do servidor.

Art. 83. A Comissão de Avaliação de Desempenho deverá apresentar o resultado do julgamento do recurso em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do recebimento do recurso.

SEÇÃO VIII

Das Disposições Finais

Art. 84. Para a avaliação de desempenho serão utilizados formulários próprios, conforme previsto em regulamento.

TÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais

CAPÍTULO I

Do Enquadramento

Art. 85. Os cargos das carreiras dos Profissionais do Magistério são, inicialmente, providos por enquadramento dos atuais servidores da área de Educação que ocupam os cargos efetivos, de atribuição igual ou equivalente aos cargos constantes dos Anexos I, II e III.

§ 1.º O servidor será enquadrado no nível e na classe correspondente ao seu atual padrão de vencimento, conforme tabelas do Anexo I desta Lei, respeitando-se:

I – a titulação exigida para o nível da progressão vertical de que trata esta Lei;

II – o tempo contado a partir da posse no cargo de provimento efetivo para efetuar a progressão horizontal conforme a classe de sua carreira;

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

§ 2.º Os atuais servidores efetivos da área da Educação, enquadrados nos quadros da nova Carreira, terão seus vencimentos iniciais para o cargo efetivo definidos conforme as Tabelas de Vencimentos do Anexo I desta Lei.

§ 3.º Os atos coletivos de enquadramento serão expedidos, sob forma de listas com informações e dados a serem exigidos pela Secretaria Municipal de Educação, elaborados por comissão específica nomeada pelo Prefeito Municipal em até 60 (sessenta) dias da data do início da vigência dos efeitos dessa Lei, formalizados por Decreto Municipal.

§ 5.º Os critérios auxiliares definidores do enquadramento serão regulamentados e definidos por Decreto Municipal.

Art. 86. Os cargos vagos e os que forem vagando, constantes do Quadro Suplementar em razão do enquadramento previsto nesta Lei, considerar-se-ão extintos.

Parágrafo único. O número de cargos do Quadro Permanente fixados por esta Lei incluem os cargos providos por meio do enquadramento dos atuais servidores.

Art. 87. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos.

§ 1.º Nenhum servidor será enquadrado com base no cargo que ocupa em substituição ou em comissão.

§ 2.º O servidor que perceba vencimentos já superiores àqueles previstos para classe que deva ocupar nela será enquadrado, passando a receber a diferença a título de abono pessoal.

§ 3.º O abono pessoal de que trata o parágrafo segundo deste artigo será incorporado nas classes de forma gradual conforme a evolução na carreira.

§ 4.º Não incidem nenhuma vantagem, gratificação ou adicional sobre o abono pessoal disposto no parágrafo segundo deste artigo.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

CAPÍTULO II

Do Quadro Suplementar ou em Extinção

Art. 88. O profissional do magistério que não tenha na data de seu enquadramento nas carreiras instituídas por esta Lei a formação escolar exigida para o provimento na classe inicial da sua carreira ou que possua licenciatura curta, conforme normas vigentes, permanecerá no quadro suplementar ou em extinção até a sua vacância ou até que ele obtenha certificado de conclusão de curso em nível superior de ensino relacionado à área do cargo efetivo que exerce para atender as normas do Conselho Nacional de Educação Superior.

§ 1.º Fica permitido aos profissionais do magistério que não estiverem habilitados com a escolaridade mínima exigida constante do quadro suplementar da presente Lei, até a data de sua publicação, a obterem todos os benefícios de que trata esta Lei, conforme o caso.

§ 2.º Os servidores do Quadro Suplementar terão seus vencimentos reajustados na mesma data e no mesmo percentual dos profissionais do magistério.

§ 3.º Ficam lotados no Quadro Suplementar ou em Extinção os cargos dispostos no Anexo V desta Lei;

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 89. Integram esta Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo I: Tabela de Vencimentos, Progressão e Promoção de Professores e Especialistas;

II – Anexo II: Classe e Símbolo de Cargos de Provimento Efetivo com Quantitativo de Vagas;

III – Anexo III: Atribuições Sintéticas e Típicas dos Cargos;

IV – Anexo IV: Carga Horária Semanal e Mensal do Professor;

V – Anexo V: Quadro Suplementar ou em Extinção;

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Art. 90. Ficam criados e extintos os cargos de provimento efetivo conforme os anexos desta Lei.

Art. 91. Para fins de convocação de candidatos aprovados, ato do Prefeito fará a adequação das nomenclaturas dos cargos para os quais foi realizado concurso público às novas nomenclaturas dos cargos previstos nesta Lei, observada a compatibilidade de funções, carga horária e escolaridade.

Art. 92. Ficam garantidos e protegidos todos os direitos adquiridos legalmente e o ato jurídico perfeito até a data de publicação desta Lei.

Art. 93. O Artigo 30 da Lei Complementar Municipal nº 11 de 11 de julho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Readaptação é a investidura do servidor em cargo e ou readaptação das funções do cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica realizada por órgão competente.

Parágrafo 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será aposentado.

Parágrafo 2º - A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, ou alteração ou complementação das funções do cargo, respeitada a habilitação exigida.

Parágrafo 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução de remuneração do servidor.

Parágrafo 4º - O professor poderá ser readaptado em suas funções do cargo, com o exercício de uma função complementar sem perder sua condição de docente."

Art. 94. O *caput* do artigo 34 da Lei Complementar Municipal nº 11 de julho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo por meio de Comissão Especial de Avaliação, observados os seguintes fatores:"

Art. 95. Na vacância de cargo, para fins de extensão e/ou dobra, será dada prioridade ao servidor efetivo que tenha qualificação profissional para exercer o cargo, seja indicado pelo Diretor da Unidade de Ensino e aprovado pelo Secretário Municipal de Educação, observando preferencialmente a ordem dos seguintes critérios:

I – maior tempo de serviço na carreira do Magistério no Município;

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

II – maior nota da Avaliação de Desempenho;

III – maior idade.

Art. 96. O Dia do Professor será comemorado no dia 15 de outubro.

Art. 97. Para fins de provimento de novas vagas, através de concurso público ou contratação temporária, para os cargos de professor e especialista não será admitida carga horária semanal inferior a 40 (quarenta) horas.

Art. 98. Para o preenchimento de novas vagas, através de concurso público ou contratação temporária, para o cargo de professor será exigida a habilitação de nível superior de licenciatura plena em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Educação Superior.

Art. 99. Os efeitos financeiros da aplicação da presente lei serão retroativos a data de 1° de janeiro de 2011, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o parcelamento das diferenças salariais apuradas em decorrência da aplicação dos novos vencimentos.

Art. 100. Ficam revogadas a Lei Complementar 035/2003 e outras disposições em contrário.

Art. 102. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário à sua aplicação.

Art. 103. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Araporã –MG, aos 15 dias do mês de junho de 2011

VALDIR INÁCIO FERREIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ
SANÇÃO LEI Nº 065 / 2011
DATA 15 / Junho / 2011
Valdir Inácio Ferreira
Prefeito Municipal

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

Anexo I

Tabela de Vencimentos, Progressão e Promoção de Professores e Especialistas

Cargo: Professor de Ensino Básico

Nível	Habilitação		Carga Horária Semanal	Vencimento										
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
I	Ens. Médio - Modalidade Normal / Magistério	-	40 horas	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,15	1.458,61	1.531,54	1.608,11	1.688,52	1.772,95	1.861,59	1.954,67
			24horas	720,00	756,00	793,80	833,49	875,16	918,92	964,87	1.013,11	1.063,77	1.116,96	1.172,80
II	Licenciatura Plena (Habilitação Específica / Pedagogia)	15%	40 horas	1.380,00	1.449,00	1.521,45	1.597,52	1.677,40	1.761,27	1.849,33	1.941,80	2.038,89	2.140,83	2.247,87
			24horas	828,00	869,40	912,87	958,51	1.006,44	1.056,76	1.109,60	1.165,08	1.223,33	1.284,50	1.348,72
III	Pós-Graduação em Educação (Curso de 360 horas - *Latu Sensu*)	10%	40 horas	1.518,00	1.593,90	1.673,60	1.757,27	1.845,14	1.937,40	2.034,27	2.135,98	2.242,78	2.354,92	2.472,66
			24horas	910,80	956,34	1.004,16	1.054,36	1.107,08	1.162,44	1.220,56	1.281,59	1.345,67	1.412,95	1.483,60
IV	Mestrado	10%	40 horas	1.669,80	1.753,29	1.840,95	1.933,00	2.029,65	2.131,13	2.237,69	2.349,58	2.467,06	2.590,41	2.719,93
			24horas	1.001,88	1.051,97	1.104,57	1.159,80	1.217,79	1.278,68	1.342,62	1.409,75	1.480,23	1.554,24	1.631,96
V	Doutorado	10%	40 horas	1.836,78	1.928,62	2.025,05	2.126,30	2.232,62	2.344,25	2.461,46	2.584,53	2.713,76	2.849,45	2.991,92
			24horas	1.102,07	1.157,17	1.215,03	1.275,78	1.339,57	1.406,55	1.476,88	1.550,72	1.628,26	1.709,67	1.795,15

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã - MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ
0069
0068

Cargo: Supervisor Escolar

Nível	Habilitação		Carga Horária Semanal	Vencimento										
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
I	Licenciatura Plena (Habilitação Específica / Pedagogia) e Especialização em Supervisão Escolar	-	40 horas	1.380,00	1.449,00	1.521,45	1.597,52	1.677,40	1.761,27	1.849,33	1.941,80	2.038,89	2.140,83	2.247,87
			24horas	828,00	869,40	912,87	958,51	1.006,44	1.056,76	1.109,60	1.165,08	1.223,33	1.284,50	1.348,72
II	Pós-Graduação em Educação (Curso de 360 horas - *Latu Sensu*)	10%	40 horas	1.518,00	1.593,90	1.673,60	1.757,27	1.845,14	1.937,40	2.034,27	2.135,98	2.242,78	2.354,92	2.472,66
			24horas	910,80	956,34	1.004,16	1.054,36	1.107,08	1.162,44	1.220,56	1.281,59	1.345,67	1.412,95	1.483,60
III	Mestrado	10%	40 horas	1.669,80	1.753,29	1.840,95	1.933,00	2.029,65	2.131,13	2.237,69	2.349,58	2.467,06	2.590,41	2.719,93
			24horas	1.001,88	1.051,97	1.104,57	1.159,80	1.217,79	1.278,68	1.342,62	1.409,75	1.480,23	1.554,24	1.631,96
IV	Doutorado	10%	40 horas	1.836,78	1.928,62	2.025,05	2.126,30	2.232,62	2.344,25	2.461,46	2.584,53	2.713,76	2.849,45	2.991,92
			24horas	1.102,07	1.157,17	1.215,03	1.275,78	1.339,57	1.406,55	1.476,88	1.550,72	1.628,26	1.709,67	1.795,15

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ - 0070

Cargo: Orientador Educacional

Nível	Habilitação		Carga Horária Semanal	Vencimento										
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
I	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional ou área específica com especialização em Orientação Educacional	-	40 horas	1.380,00	1.449,00	1.521,45	1.597,52	1.677,40	1.761,27	1.849,33	1.941,80	2.038,89	2.140,83	2.24
II	Pós-Graduação em Educação (Curso de 360 horas - *Latu Sensu*)	10%	40 horas	1.518,00	1.593,90	1.673,60	1.757,27	1.845,14	1.937,40	2.034,27	2.135,98	2.242,78	2.354,92	2.4
III	Mestrado	10%	40 horas	1.669,80	1.753,29	1.840,95	1.933,00	2.029,65	2.131,13	2.237,69	2.349,58	2.467,06	2.590,41	2.7
IV	Doutorado	10%	40 horas	1.836,78	1.928,62	2.025,05	2.126,30	2.232,62	2.344,25	2.461,46	2.584,53	2.713,76	2.849,45	2.9

Cargo: Psicopedagogo

Nível	Habilitação		Carga Horária Semanal	Vencimento									
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Psicopedagogia	-	40 horas	1.380,00	1.449,00	1.521,45	1.597,52	1.677,40	1.761,27	1.849,33	1.941,80	2.038,89	2.140,83
II	Pós-Graduação em Educação (Curso de 360 horas - *Latu Sensu*)	10%	40 horas	1.518,00	1.593,90	1.673,60	1.757,27	1.845,14	1.937,40	2.034,27	2.135,98	2.242,78	2.354,92
III	Mestrado	10%	40 horas	1.669,80	1.753,29	1.840,95	1.933,00	2.029,65	2.131,13	2.237,69	2.349,58	2.467,06	2.590,41
IV	Doutorado	10%	40 horas	1.836,78	1.928,62	2.025,05	2.126,30	2.232,62	2.344,25	2.461,46	2.584,53	2.713,76	2.849,45

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã - MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX. (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

ANEXO II

Classe e Símbolo de Cargos de Provimento Efetivo com Quantitativo de Vagas

Cargo	Atuação	Símbolo	Vagas
Professor de Ensino Básico	de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	PEB	90
	de Educação Artística	PEA	3
	de Ciências Físicas e Biológicas	PCB	3
	de História	PHT	3
	de Inglês	PIN	4
	de Educação Física	PEF	4
	de Geografia	PGG	3
	de Matemática	PMT	8
	de Português	PPT	8
	de Ensino Religioso	PER	1
Orientador Educacional		EOE	2
Supervisor Escolar		ESE	8
Psicopedagogo		EPP	2

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ
0072

ANEXO III
Atribuições Sintéticas e Típicas dos Cargos

1. CARGO: Professor de Ensino Básico de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Atuação: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino superior completo em licenciatura de graduação plena (Pedagogia ou Normal Superior), com habilitação especifica em área própria ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para docência ou Conclusão do curso de Pedagogia, de Graduação Plena, com habilitação nos Anos Iniciais da Educação Básica:

I – Estrutura e funcionamento da Educação Básica ou equivalente;
II – Metodologia da Educação Infantil ou equivalente;
III – Prática de Ensino Estágio Supervisionado na Educação Básica, com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas de acordo com o disposto no art. 65 da lei n. 9394/96.
O apostilamento da habilitação para o exercício do magistério devera contar no verso do diploma.

2. CARGO: Professor de Ensino Básico de Educação Artística

Atuação: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Educação Artística, com habilitação especifica em Artes, Música, Artes Cênicas, Teatro ou Dança; ou formação na área correspondente nos termos da legislação vigente para docência nos Anos Finais da Educação Básica.

3. CARGO: Professor de Ensino Básico de Ciências Físicas e Biológicas

Atuação: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Ciências ou em Fisica ou em Biologia, ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência nos Anos Finais da Educação Básica.

4. CARGO: Professor de Ensino Básico de História

Atuação: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em História, ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência nos Anos Finais da Educação Básica.

5. CARGO: Professor de Ensino Básico de Inglês

Atuação: Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Inglês ou Graduação plena em Letras com habilitação em Inglês ou formação superior na área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência.

6. CARGO: Professor de Ensino Básico de Educação Física

Atuação: Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Educação Física ou formação superior na área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

7. CARGO: Professor de Ensino Básico de Geografia
Atuação: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Geografia, ou formação na área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência nos Anos Finais da Educação Básica.

8. CARGO: Professor de Ensino Básico de Matemática
Atuação: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Matemática ou Graduação Plena em Ciências com habilitação em Matemática, ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência nos Anos Finais da Educação Básica.

9. CARGO: Professor de Ensino Básico de Português
Atuação: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Português ou Graduação Plena em Letras com habilitação em Português, ou formação na área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente para a docência nos Anos Finais da Educação Básica.

10. CARGO: Professor de Ensino Básico de Ensino Religioso
Atuação: Ensino Fundamental
Habilitação: Ensino Superior completo em curso de Licenciatura de Graduação Plena em Pedagogia com ênfase na Ciência da Religião, ou Graduação Plena em qualquer outra área do conhecimento, em curso do qual conste no currículo relativo à Ciência da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa, com carga horária mínima de 490 horas; ou Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, acrescido de pós-graduação "*latu senso*" em Ensino Religioso, Educação Religiosa ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 horas.

11. CARGO: Orientador Educacional
Atuação: Educação Infantil e Ensino Fundamental
Habilitação: Graduação Plena em Pedagogia com especialização em Orientação Educacional, ou pós-graduação, além de experiência docente mínima de 2 (dois) anos adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

12. CARGO: Supervisor Escolar
Atuação: Educação Infantil e Ensino Fundamental
Habilitação: Graduação Plena em Pedagogia com especialização em Supervisão Escolar, ou pós-graduação, além de experiência docente mínima de 2 (dois) anos adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

13. CARGO: Psicopedagogo
Atuação: Educação Infantil e Ensino Fundamental
Habilitação: Graduação Plena em Pedagogia com habilitação em qualquer área educacional com especialização em Psicopedagogia, além de experiência docente mínima de 2 (dois) anos adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

ANEXO IV
Carga Horária Semanal e Mensal do Professor

Número de Aulas ministradas	Carga Horária com aluno em sala - 2/3	Carga Horária Extra Classe - 1/3	Carga Horária Semanal + Extra	Carga Horária Mensal Total x 5.25
19	**15h50min**	**8h10min**	**24h**	**126h**
20	16h40min	8h40min	25h20min	133h
21	17h30min	8h50min	26h20min	138h
22	18h20min	9h20min	27h40min	145h
23	19h10min	9h40min	28h50min	151h
24	20h	10h10min	30h10min	158h
25	20h50min	10h40min	31h30min	165h
26	21h40min	10h55min	32h35min	171h
27	22h30min	11h25min	33h55min	178h
28	23h20min	11h45min	35h05min	184h
29	24h10min	12h15min	36h25min	191h
30	25h	12h35min	37h35min	197h
31	25h50min	13h05min	38h55min	204h
32	**26h40min**	**13h20min**	**40h**	**210h**
33	27h30min	13h50min	41h20min	217h
34	28h20min	14h20min	42h40min	224h
35	29h10min	14h40min	43h50min	230h
36	30h	15h10min	45h10min	237h
37	30h50min	15h30min	46h20min	243h
38	31h40min	16h	47h40min	250h
39	32h30min	16h20min	48h50min	256h
40	33h20min	16h45min	50h05min	262h
41	34h10min	17h05min	51h15min	269h
42	35h	17h35min	52h35min	276h
43	35h50min	18h05min	53h55min	283h
44	36h40min	18h25min	55h05min	289h
45	37h30min	18h55min	56h25min	296h
46	38h20min	19h15min	57h35min	302h
47	39h10min	19h45min	58h55min	309h
48	40h	20h	60h	315h

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br

ANEXO V
Quadro Suplementar ou em Extinção

CARGO EM EXTINÇÃO	SÍMBOLO	NÍVEL
Professor de Ensino Básico	PEB	I

José Inácio Ferreira, 58 - Centro - Araporã . MG - CEP 38435-000 - (34) 3284-9500 - FAX: (34) 3284-9501
www.arapora.mg.gov.br